

**Intervenção de Sua Excelência a Ministra da Ciência e do
Ensino Superior na inauguração da Escola Superior de Beja**

Beja 4 de Novembro de 2003

Exmo. Sr. Governador Civil

Exmo. Senhor Presidente da Câmara de Beja

Exmo. Senhor Presidente do Instituto Politécnico de Beja

Exmo. Senhor Representante do Sr. Bispo de Beja

Exmos. Senhores Deputados

Exmo. Senhor Professor Roberto Carneiro

Exmos. Senhores Dirigentes da Administração Pública

Exmo. Senhor Representante dos Alunos

Exmos. Senhores Presidentes da Câmara

Exmos. Senhores Presidentes dos Politécnicos

Autoridades Cíveis e Militares

Exmos. Senhores Professores, Senhores Funcionários,

Senhores Alunos

Minhas Senhoras e meus Senhores

É com redobrado prazer que estou aqui hoje em Beja, minha terra natal, de onde parti há muitos anos para poder prosseguir os meus estudos. Longe vão os tempos em que

a rede de ensino superior se resumia a Lisboa, Porto e Coimbra.

É com profunda emoção que me apercebo da evolução que a cidade de Beja sofreu nos últimos anos com a consciência do papel do Ensino Superior como motor desta mudança.

Era um Ensino a que não acediam todos os alunos com capacidade para tal. Já alguém chamou a evolução do E.S. em Portugal o milagre português pois passámos em 25 anos de 60 mil para 400 mil alunos.

Com a democratização do ensino superior, as Universidades e Politécnicos chegaram ao interior e têm contribuído de uma forma ímpar para o desenvolvimento das regiões onde estão inseridas e têm sido decisivas para a diminuição das assimetrias entre litoral e interior.

A inauguração hoje da Escola Superior Agrária é mais um sinal da plena integração do Ensino Politécnico ao serviço da Comunidade adaptado às necessidades locais de desenvolvimento.

As infra-estruturas são também elas indicadores de qualidade e tudo o que pudermos fazer para proporcionar um ambiente de bem-estar aos nossos estudantes, será bem-vindo.

O Processo de Bolonha tem pois uma consequência imediata para as nossas instituições de ensino superior: se queremos acompanhar o processo e atrair estudantes de países terceiros europeus e fora da Europa, são necessárias reformas profundas no sentido de uma maior eficácia, modernização e de simplificação das nossas instituições de ensino superior, nomeadamente:

- modernização e simplificação no sentido de se tornarem cada vez mais competitivas e uma referência a nível europeu e mundial. A qualidade e a excelência devem ser constantemente a pedra de toque;
- modernização e simplificação de modo a promoverem um ambiente favorável à mobilidade em sentido amplo: mobilidade de estudantes, professores, investigadores e pessoal administrativo; mobilidade na perspectiva individual, nacional, entre regiões, mas também entre instituições e entre áreas do saber.

Estamos pois e repito, diante de grandes desafios que devem ser vistos como oportunidades, oportunidades para que as instituições de ensino superior assumam cada vez mais o seu papel no contexto deste processo. É sem dúvida um papel diversificado e, ao mesmo tempo complementar, mas de inegável importância nas políticas de desenvolvimento local, regional, europeu e, porque não dizê-lo, mundial.

Uma palavra especial para o ensino politécnico. Tenho acompanhado como todos sabem, muito de perto, todo o processo de Bolonha e posso garantir que especiais e encorajantes desafios se colocarão ao ensino politécnico, decorrentes da aplicação do Processo de Bolonha. Não tenho dúvidas em afirmar que uma maior clarificação entre os dois tipos de ensino, um de pendor mais profissionalizante e outro mais académico, trarão benefícios a todo o sistema. A determinação clara de dois ciclos de formação já em 2005, um mais curto e mais profissionalizante e outro mais longo, abrirá novas perspectivas e obrigará automaticamente a uma redefinição sem ambiguidades do papel que cada um assume no sistema de Ensino Superior.

Consciente da importância vital deste processo, o Governo português tem procurado tê-lo como referência adaptando as políticas nacionais a esta nova dinâmica, com base em quatro grandes linhas orientadoras:

- Qualidade;
- Exigência;
- Responsabilização de todas as partes envolvidas no processo (estudantes, professores, instituições, Governo);
- Preocupação social.

É, por isso, minha intenção aprofundar as medidas de desenvolvimento do sistema de ensino superior e do sistema científico e tecnológico, tais como:

- **O investimento em infra-estruturas e equipamentos**
- **O incremento da acção social escolar**

Gostaria de reafirmar a intenção de tudo fazer para que nenhum aluno seja excluído do ensino superior por falta de recursos financeiros. Garanto que a aposta vai ser forte no reforço dos vários apoios quer na concessão de bolsas de estudos quer no acesso à

alimentação, alojamento, serviços de saúde e actividades culturais e desportivas.

- A revisão do **Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior**;
- A implantação de **novos modelos de financiamento e de gestão** do Ensino Superior público, que vai exigir uma maior responsabilidade a todos os parceiros educativos;
- A revisão dos critérios de **acesso no Ensino Superior**, num contexto de atribuição de responsabilidade a cada instituição pela selecção dos respectivos alunos;
- O aperfeiçoamento do sistema nacional de **avaliação da qualidade do Ensino Superior**, promovendo o desenvolvimento de critérios e metodologias comparáveis a nível europeu e sua publicitação;

Sendo estas, as principais medidas a implementar em 2004 de **desenvolvimento do sistema científico, tecnológico**

e do ensino superior, regista-se no Orçamento de Estado um suporte dessa intenção que se traduz num acréscimo, em termos nominais, de **2,2%** (mais 33 Milhões de Euros relativamente ao ano anterior).

Enquanto que ao nível do Orçamento de **Funcionamento** o crescimento nominal é nulo, como exige o Pacto de Estabilidade e crescimento, no plano do **Investimento** verificamos um aumento de 12,1% (+**3,1%** no ES, sendo que há mais **25,6%** nas infra-estruturas de Acção Social Escolar, e +**14,5%** na Ciência).

Em termos globais este aumento traduz-se em **13,2%** na acção Social correspondendo a **167 milhões de euros** e em **12,4%** na Ciência (**239,1 milhões de euros**).

No sistema do Ensino Superior, é de sublinhar que, até ao final do corrente ano, todas as situações serão objecto de uma análise contextualizada em termos da rede dos estabelecimentos de ensino superior, sendo a celebração de **contratos programa** utilizada para promover a correcção a prazo (até 5 anos) de todas as situações que revelem essa necessidade de forma fundamentada e enquadrada nas prioridades definidas.

O que significa que, no início de 2004, a Tutela deverá estar em condições de **reforçar os orçamentos de funcionamento das instituições que forem parte na contratualização.**

As prioridades definidas vão desde a modernização e simplificação de procedimentos até à captação de novos públicos, passando pela correcção de assimetrias e pelo desenvolvimento de áreas estratégicas.

Em relação à captação de novos públicos, esta deve ser feita através da qualificação da população activa, da actualização profissional de nível superior e da cooperação com os PALOP.

As assimetrias que existem no sistema podem e devem ser corrigidas com estes contratos-programa. O equilíbrio entre a Universidade e o Politécnico é ainda outro dos objectivos desta prioridade.

Por fim, há que apostar através dos contrato programa no desenvolvimento de áreas estratégicas, designadamente em cursos como a física, matemática, tecnologias da saúde

e artes, na especialização de quadros em áreas prioritárias e na promoção de unidades de investigação de qualidade.

Este orçamento traduz assim não só a assumpção por parte do Governo das suas responsabilidades financeiras como também uma aposta decidida na Acção Social. Senão vejamos.

Comparando as verbas do Orçamento de Estado de 2003 para o Ensino Superior com o Orçamento de Estado para 2004, considerando neste o montante relativo ao pagamento da propina mínima aos bolseiros, chegamos à conclusão que não só não há menos dinheiro, como, pelo contrário, existe um aumento de 0,7%. É, pois, despropositada a crítica que tem sido feita, de que é menor o financiamento às instituições do Ensino Superior.

Ainda em relação à Acção Social Escolar, gostaria de salientar o número de bolsas concedidas, **45 mil** no subsistema público e **13 mil** no subsistema particular e cooperativo, o crescimento do investimento em residências e o aumento acentuado do número de lugares nas cantinas.

Por todas estas razões, fica claro que o nosso caminho é no sentido da qualidade, da exigência e da excelência.

Mas fica ainda mais claro que a principal linha orientadora do orçamento do Ministério da Ciência e do Ensino Superior é uma maior justiça social, tendo o orçamento sido redistribuído de modo a beneficiar os mais carenciados e garantir um Ensino Superior de qualidade para todos.